



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E LAZER
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

INDICAÇÃO N.º 06/2017

A FORMAÇÃO DE
PROFESSORES

Introdução

Os membros do Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro (CMERJ), amparados pelas análises e reflexões realizadas pelos integrantes de sua Câmara de Políticas Educacionais Integradas às Políticas Sociais acerca do ciclo de palestras ministradas, entre os anos de 2014 e 2016 (Anexo I), por representantes (Coordenadores de Cursos e Professores) das diversas Licenciaturas presentes nas escolas da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro¹, chegaram a um conjunto de decisões que tencionam, em primeiro lugar, contribuir com a qualidade da formação dos futuros docentes formados pelas numerosas instituições de ensino superior do Estado do Rio de Janeiro (públicas, privadas e confessionais), e que se caracterizam como potenciais candidatos aos concursos públicos da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. Em segundo lugar, e como consequência do aspecto anterior, as referidas decisões pretendem contribuir para a elevação da qualidade da atuação profissional destes docentes nas escolas da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro.

No que se refere ao primeiro aspecto, é possível afirmar, ao final deste longo processo de encontros e trocas entre os representantes das Licenciaturas e os membros deste Conselho, que as instituições de ensino superior, por intermédio de seus cursos de formação de professores necessitam, urgentemente, envidar esforços no sentido de ajustar duas questões: a primeira diz respeito à ampliação das condições e das oportunidades oferecidas aos seus licenciandos naquilo que poderíamos chamar de ampliação do capital cultural (Bourdieu e Passeron, 1964) destes futuros professores.

A literatura que nos auxilia a entender o tema da formação de professores no Brasil (Gouveia, 1970; Perrenoud, 1993; Pessanha, 1994; Lelis, 1996, 2001; Nóvoa, 1999; Arroio, 2000; UNESCO, 2004; Penna, 2011, entre outros) tem nos revelado que, nas últimas décadas, parte considerável do público que busca as Licenciaturas nas instituições de ensino superior brasileiras caracteriza-se por pessoas oriundas de famílias com baixa escolaridade e marcadas por um consumo cultural pautado pela indústria cultural, ou melhor, lêem pouco, vão pouco ao cinema, ao teatro, a palestras, a congressos da área de atuação, a centros culturais etc.

¹ Cabe destacar que a Secretaria Municipal de Educação dedicava-se, à época, a abrir caminhos para ampliação do diálogo com as Universidades, procurando também conhecer, de forma aprofundada, a formação inicial ministrada nas Licenciaturas. Nesse contexto, em meados de 2014, esta Secretaria recebeu um convite do Conselho Empresarial de Educação da Associação Comercial do Rio de Janeiro, presidido pelo prof. Celso Niskier, para participar de um encontro na sede da Associação, no qual estiveram presentes dirigentes das Faculdades de Educação da Rede Privada, com o objetivo de conhecer a política da Educação Carioca, principalmente com relação à proposta de formação de professores. A partir desse primeiro encontro, abriu-se um diálogo com estas Instituições, o que facilitou uma articulação com os interesses fomentados nas sessões ordinárias do Conselho Municipal de Educação acerca da temática da formação docente inicial.

Se consideramos as diversas variáveis que impactam a formação de um futuro docente (Lelis, 1996; Nóvoa, 1999; Perrenoud, 1993; Tardif, 2002, entre outros) naquilo que se refere aos seus recursos didático/pedagógicos, suas crenças, sua competência técnica, entre outras variáveis, não teríamos como deixar de nos preocupar com estas questões reveladas pelas pesquisas do campo da formação de professores.

Neste sentido, o Conselho Municipal de Educação compartilha da visão expressa por diversos Professores e Coordenadores de Cursos de Licenciatura (Anexos II e III) que estiveram presentes neste ciclo de palestras, de que é urgente e necessária a criação de espaços e tempos nestes cursos que estimulem e fomentem a ampliação do consumo e da qualidade do consumo cultural dos futuros professores.

Acreditamos que iniciativas desta natureza contribuirão para a formação de futuros professores bem preparados intelectualmente/culturalmente e que, possivelmente, terão melhores condições em sala de aula de mobilizar e convidar nossos alunos para as tarefas de aprender, apreender, investigar e socializar conhecimentos.

O segundo aspecto refere-se ao tema da Prática de Ensino/Estágio Supervisionado no processo de formação dos futuros professores.

Importante ressaltar que, mesmo sendo proferidas por Professores e Coordenadores de Licenciaturas de diferentes Instituições de Ensino Superior, as palestras nos revelaram que o atual formato curricular e a carga horária que vigoram, majoritariamente, nos cursos de formação de professores no Brasil, não têm dado conta da tarefa de preparar os discentes para atuarem de forma satisfatória no ambiente escolar.

Entre os fatores elencados, como negativos, pelos Professores e Coordenadores das diversas Licenciaturas figuraram:

1. A presença das disciplinas de Prática de Ensino e/ou Estágio Supervisionado, somente, nos últimos períodos dos cursos.
2. A falta de acompanhamento dos alunos (futuros professores) pelos professores das disciplinas Prática de Ensino/Estágio Supervisionado, nas instituições onde realizam suas práticas/estágios.
3. A quantidade numerosa de alunos nas turmas das Licenciaturas o que dificulta a entrada em escolas e, também, o acompanhamento deles pelos professores de Prática de Ensino/Estágio Supervisionado.
4. A falta de tempo disponível nas disciplinas de Prática de Ensino/Estágio Supervisionado para que o discente se aproprie do ambiente escolar (seus espaços, seus tempos, seus agentes com suas respectivas tarefas etc.), conhecendo seu cotidiano e suas particularidades e exercitando, de forma crítica e criativa, a docência.

Esta constatação trazida pelos palestrantes foi acompanhada de um outro elemento que, se não dedicarmos certo cuidado à sua análise, poderemos cometer erros de interpretação. Falamos, aqui, de uma polêmica, ou talvez, de uma falsa polêmica expressada pela dualidade entre teoria e prática.

Apareceu, com certa frequência, nos relatos feitos pelos Professores e Coordenadores de Licenciaturas, a preocupação com o peso que disciplinas de caráter de fundamentação teórico/filosófica poderiam estar tendo sobre as, já citadas, disciplinas de Prática de Ensino/Estágio Supervisionado. O peso a que nos referimos diz respeito, principalmente, ao tempo disponibilizado nos referidos cursos para estes dois espectros de disciplinas.

Não compartilhamos da visão equivocada de que teoria e prática possam existir de forma isolada uma da outra, especialmente, naquilo que diz respeito à

formação de um futuro docente que deverá estar, permanentemente, refletindo/teorizando sobre sua prática para que possa gerar novas práticas e produzir novos conhecimentos. Entretanto, fomos receptivos e sensíveis para captarmos o que de concreto e preocupante fora trazido, especificamente, nestes tipos de relatos apresentados pelos palestrantes.

Freire (2003) já nos alertava que “[...] A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria / Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo. [...]” (FREIRE, 2003, p. 22) .

Se, por um lado, é falsa esta dicotomia entre prática e teoria, por outro, não é falsa (e este elemento apareceu com força em todas as palestras, como já dito) a insuficiente vivência da prática docente (elaboração de planos de ensino, organização de progressões pedagógicas, intervenção nas aulas etc.) destes futuros professores, explicitando melhor: tem havido pouco “chão da escola” na formação inicial dos futuros professores.

Frente a este quadro que revela, de forma panorâmica, como vem se desenvolvendo o processo de formação inicial dos professores das diversas Licenciaturas, nas principais Instituições de Ensino Superior, na capital fluminense, os membros do Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro apresentam um conjunto de indicações que pretendem, em primeiro lugar, contribuir para o aprofundamento e o aprimoramento do diálogo entre as Instituições responsáveis pela formação de grande parte dos docentes que atuarão nas escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e PEJA do município do Rio de Janeiro e o gestor municipal de Educação, e, em segundo lugar (e como consequência desta primeira), contribuir para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas deste município.

Indicações dos membros do Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro

A primeira indicação apresentada pelo pleno do CMERJ refere-se à necessidade da ampliação do debate entre as Instituições formadoras de professores que, potencialmente, atuarão nas escolas da Rede Municipal de Educação do RJ, e o gestor municipal. A ampliação sobre a qual nos referimos deve ser assumida, também, por este Conselho proporcionando, por exemplo, espaços de relatos/reflexões/debates como este que realizamos entre os anos de 2014 e 2016.

Todavia, identificamos que esta iniciativa deve ser, além de aprofundada, aprimorada para que o conjunto de informações trazidas pelos representantes das Instituições formadoras seja melhor aproveitado em nossas análises e em nossas propostas.

Neste sentido, identificamos que alguns ajustes precisam ser feitos para que possamos retomar um novo ciclo de palestras que assuma uma característica mais plural (revelando com mais precisão a realidade das diversas Instituições de Ensino Superior da capital do Rio de Janeiro, que possuem Licenciaturas) no que se refere à diversidade de Instituições formadoras que existem no Município do Rio de Janeiro e, também, ajustes que padronizem a forma de exposição adotada por cada palestrante para que possamos fazer comparações mais precisas e para que consigamos realizar análises mais fundamentadas.

Propomos, então:

1. Um novo ciclo de palestras a ser iniciado, ainda, em 2017 tendo como convidados: a) Coordenadores Institucionais do PIBID de Universidades públicas da cidade do Rio de Janeiro; b) Membros das GED/SME/RJ responsáveis pelo acompanhamento do Estágio Supervisionado na Rede Municipal de Educação do RJ

e c) Equipe responsável pelo Programa de Residência para Docência do Colégio Pedro II.

2. Aplicação de um instrumento padrão para coleta de informações (possivelmente um questionário) de cada convidado para precisarmos, ao máximo, os dados de cada Instituição representada nas palestras.

3. Reunião do pleno do CMERJ nas sessões subsequentes à realização de cada palestra para que possamos refletir e debater sobre o que foi apresentado e contribuir para a elaboração de um documento final.

A segunda indicação é fruto dos próprios relatos trazidos pelos palestrantes e representantes das diversas Licenciaturas e das reflexões que os membros deste CMERJ realizaram a partir das palestras.

Como mencionado anteriormente, foi unânime entre os palestrantes a constatação de que há um descompasso entre a necessidade de contato do futuro docente com a escola, seus espaços, seus tempos, seus agentes etc. e aquilo que, realmente, tem ocorrido nos cursos de Licenciatura.

A novidade, porém, surge através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID –, um Programa criado, em 2007, pelo Ministério da Educação, implementado pela CAPES/FNDE e que, segundo o relato de grande parte dos palestrantes, tem contribuído sobremaneira para o aperfeiçoamento do processo de formação dos futuros docentes.

Com o PIBID, alunos (que participam do Programa como bolsistas) e professores (da disciplina de Prática de Ensino e da escola onde se realiza o estágio) interagem sistematicamente, proporcionando, assim, um processo de formação dialógica, no qual o discente do curso de Licenciatura aprende com o professor da escola em que ele realiza o estágio e este mesmo professor da escola ressignifica sua prática, revê seus conceitos e procedimentos, por intermédio desta relação sistemática com os alunos do Estágio Supervisionado.

Ao mesmo tempo, o professor da disciplina de Prática de Ensino/Estágio Supervisionado acompanha, de forma presencial, os licenciandos nas escolas e participa dos encontros entre seus alunos da Licenciatura e os professores das escolas (que, também, recebem uma bolsa) nas reuniões de planejamento e de avaliação.

Neste sentido, os membros do CMERJ reconheceram a importância desta iniciativa do Governo Federal, através do Ministério da Educação, e concluíram que seria de grande importância que o gestor municipal de Educação do Rio de Janeiro elaborasse um formato de Programa semelhante ao PIBID, Programa que seria financiado pelo próprio Governo Municipal para que os licenciandos das diversas Instituições de Ensino Superior presentes neste município e os professores da Rede Municipal de Ensino do RJ tivessem acesso a esta nova possibilidade de realização da Prática de Ensino/Estágio Supervisionado.

Importante dar destaque que esta indicação/proposta de um “PIBID Municipal” surgiu com grande força nas reflexões e debates realizados pelos membros deste CMERJ nas sessões ordinárias realizadas na sequência das apresentações dos Professores e Coordenadores de Licenciaturas e, também, ao final de todo o ciclo de palestras.

Pensamos que, independentemente da continuidade deste Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência via Ministério da Educação, seria de grande importância que a gestão municipal envidasse esforços no sentido de construir um modelo de Programa que teria financiamento e gerenciamento do próprio município.

Referências:

- ARROYO, Miguel, (2000). Ofício de mestre; imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes.
- FREIRE. P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- GOUVEIA, A. J. Professoras de Amanhã: Um Estudo de Escolha Ocupacional. Rio de Janeiro: Editora Pioneira, 1970.
- LELIS, Isabel. A polissemia do magistério; entre mitos e histórias. Doutorado em Educação. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 1996.
- _____. Profissão docente: uma rede de histórias. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, no.17, 2001.
- NÓVOA, A. (org). Profissão professor. Tradução Irene Lima, Regina Correia, Luís Santos Gil. 2ª edição. Porto: Porto Editora, 1999.
- PENNA, M. G. O. Exercício docente: posições sociais e condições de vida e trabalho de professores. 1ª edição. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2011.
- PERRENOUD, Philippe. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação. Portugal: Publicações Dom Quixote, 1993.
- PESSANHA, E. C. Ascensão e queda do professor. São Paulo: Editora Cortez, 1994.
- TARDIF, M. Saberes Docentes e Formação Profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.
- UNESCO. Perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam. São Paulo: Moderna, 2004.

CONSELHEIROS DA CÂMARA DE POLÍTICAS SOCIAIS INTEGRADAS ÀS POLÍTICAS SOCIAIS

Jurema Regina Araujo Rodrigues Holperin
Maria de Nazareth Machado de Barros Vasconcellos
Luiz Otavio Neves Mattos
Marcia Cristina Martins Pereira
Lígia Maria Motta Lima Leão de Aquino
Elaine Crystina Mendonça da Silva dos Santos Gatinho

Presidente

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO

Esta Indicação foi aprovada pelos presentes na sessão Plenária Pública do dia 28 de março de 2017.

César Benjamin
Ana Maria Gomes Cezar
Simone Monteiro de Araujo
Maria de Nazareth Machado de Barros Vasconcellos
Maria de Lourdes Albuquerque Tavares
Jurema Regina Araujo Rodrigues Holperin
Luiz Otavio Neves Matos
Marcia Cristina Martins Pereira
Dilson Ribeiro da Silveira
Mariza de Almeida Moreira
Lígia Maria Motta Lima Leão de Aquino
Joilson Nascimento Moço
Elaine Crystina Mendonça da Silva dos Santos Gatinho

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017.

ANEXOS

ANEXO I

Quadro de Palestras Realizadas entre 2014 e 2016

Data	Licenciatura	Palestrante	Instituição
15/07/2014	PORTUGUÊS	Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu	UERJ
12/08/2014	MATEMÁTICA	Lilian Nasser	Projeto Fundação IM/UFRJ
11/11/2014	PEDAGOGIA	Lana Silva Claudia Freitas Marcio Martins	UNICARIOCA UNISUAM Celso Lisboa
19/05/2015	HISTÓRIA	Ilmar Rohloff de Mattos	PUC –Rio
10/11/2015	BIOLOGIA	Sandra Escovedo Selles	UFF ABRAPEC
08/12/2015	ED. FÍSICA	Heloisa Alonso	EEFD / UFRJ
12/04/2016	GEOGRAFIA	Jailson Silva	UFF
12/07/2016	TEATRO (ARTES CÊNICAS)	Liliane Ferreira Mundim	Departamento de Ensino de Teatro / UNIRIO
04/10/2016	ARTES VISUAIS	Aldo Victorio	UERJ
08/11/2016	MÚSICA	José Nunes	UNIRIO

ANEXO II

Pontos relevantes identificados nos registros das palestras proferidas sobre os cursos de Licenciatura e a Formação de Professores para a Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental).

As palestras proferidas pelos professores convidados sobre os cursos de licenciatura e a formação de professores para a Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental) suscitaram algumas questões relevantes para compreensão do tema e seus desafios. São questões que remetem à relação teoria e prática na formação e atividade docente, os saberes que compõem sua formação e ação; a importância do estágio no processo de formação e a necessidade de repensar os modos de oferta e desenvolvimento. A seguir discutimos essas questões em diálogo com estudos de Maurice Tardif e António Nóvoa.

Relação teoria e prática. As ideias defendidas pelos palestrantes se inscrevem na vertente do campo de estudo sobre Formação e Saber Docente que compreende que o conhecimento de domínio da profissão docente não se restringe a saberes meramente procedimentais e instrumentais; a ação docente não é uma simples “aplicação de saberes provenientes da teoria”, como afirmam Tardif (2000: 119). Assim aparecerem estas preocupações nas falas dos palestrantes:

A Profa. Maria Teresa Tedesco “ênfatiza que é preciso buscar a interseção entre teoria e prática, (...)”

A profa. Lina Nasser em sua exposição “(...) discorre sobre os Cursos de Licenciatura em Matemática, os quais não primavam por buscar uma conexão entre a teoria e a prática, todavia, eles têm sido reformulados (...)”.

A partir dessa compreensão os cursos de licenciatura precisam se estruturar na articulação entre teoria e prática, uma vez que o trabalho dos professores se dá num “espaço prático específico de produção, de transformação e de mobilização de saberes e, portanto, de teorias, de conhecimentos e de saber-fazer específicos ao ofício de professor”, como reflete Tardif (2000). É preciso superar o modelo clássico de dicotomia entre fundamentos e metodologias na organização curricular das licenciaturas. É preciso também assumir a função sociopolítica de formação para a cidadania, uma educação comprometida com a afirmação de sujeitos capazes de compreender e agir no mundo com compromisso ético.

Apontam nessa direção as falas dos palestrantes:

A profa. Lilian Nasser relata que o currículo de seu curso foi reformulado “(...) com disciplinas pedagógicas mescladas com as de conteúdo matemático e com disciplinas de “Matemática na Escola” e de “Fundamentos de Matemática”.

A profa. Cláudia Freitas destaca que “(...) a atuação não deve se deter somente no campo teórico, mas deve ser voltada à realidade das salas de aula. A seguir, fala a respeito dos projetos integradores, que trabalham com a transversalidade.”

O prof. Jailson Silva afirma: “Há uma preocupação exacerbada com conteúdos e técnicas, em detrimento da transposição didática, ou seja, a Geografia se transforma num fim em si mesma, desprovida de realidade.”

O prof. Jailson mais adiante “(...) propõe uma educação integral, tendo como base três eixos: 1) racionalidade científica: ajudar o aluno a pensar e sair do senso comum, conquistando base para justificar suas próprias opiniões; 2) direito à convivência: conviver com as diferenças, a intolerância e a violência; 3) trabalhar a dimensão estética: ajudar a interpretar a realidade.”

O desafio de repensar os cursos de formação de professores se acentua ao considerarmos o alerta de Nóvoa (2016) quando afirma que “não podemos esperar que haja um único e melhor jeito de formar professores no mundo”, sendo imprescindível observar a história, os processos e desenvolvimentos formação docente formulados em cada país. De qualquer forma, Nóvoa ainda nos sinaliza para o fato de que “ser profissional não é ‘saber muito disso, e mais isso e mais outra coisa’, mas sim é ser capaz de integrar conhecimentos em uma determinada cultura profissional”, daí a grande importância do estágio e de atividades de formação no ambiente de trabalho, no caso, a escola uma vez que: “A formação de qualquer profissional implica um contato com a realidade profissional”, produzindo desde cedo, se possível, desde o primeiro dia de aula em seu curso, um processo de formação de identidade, que passa pela reflexão sobre esta. (Nóvoa, 2016).

“Nenhum de nós nasce professor, nós nos tornamos professores. A formação deve ser um processo de constituição de uma cultura profissional, de um gesto profissional, de uma maneira de ser profissional. Formar um professor é conseguir que alguém aprenda a conhecer, a pensar, a sentir e a agir como um profissional docente.” (Nóvoa, 2016).

Saberes da profissão docente:

Os estudos sobre a profissão docente têm indicado que a ação docente é composta de múltiplas funções que mobilizam diferentes saberes em função das especificidades presentes em cada momento de seu trabalho, o que precisa ser considerado nos processos formativos. Como afirma Tardif (2000) o trabalho docente “deve ser considerado como um espaço prático específico de produção, de transformação e de mobilização de saberes e, portanto, de teorias, de conhecimentos e de saber-fazer específicos ao ofício de professor (p. 119).

A profa. Lilian Nasser “(...) discorre sobre os Cursos de Licenciatura em Matemática, os quais não primavam por buscar uma conexão entre a teoria e a prática, todavia, eles têm sido reformulados (...)”.

Em outro momento, a mesma professora informa que “(...) durante o curso de Licenciatura [Matemática], os alunos devem desenvolver as habilidades de: aprender a aprender, desenvolver a comunicação oral e escrita, a autonomia, a criatividade e a capacidade de inovar.”.

O prof. Ilmar Mattos afirma ser “(...) fundamental que o professor de História não perca de vista que ele é também um historiador, compreendendo que ser professor História é produzir textos historiográficos, é dar aulas-texto, é ser autor.”

Heloisa Alonso, ao indicar os objetivos da Formação em Educação Física, evidencia saberes necessários na ação docente: “(...) outros objetivos que podem ser alcançados com a Educação Física nas séries iniciais: ser educado para vida; contribuir na formação crítica sobre as práticas corporais; possibilitar ao aluno uma autonomia na escolha de tais práticas; compreender os sentidos, os significados e as emoções das vivências corporais; entender o corpo a partir de signos sociais, onde nele vem impresso o cotidiano de sua cultura.”. E ainda, que a Educação Física “(...) pode propiciar o entendimento e a compreensão da ação motora numa perspectiva criativa e autônoma; das questões dos sentimentos e das relações sociais presentes com o grupo, do ato motor padronizado para ir além e realizar uma prática corporal consciente.”.

O prof. Jailson Silva, ao criticar “uma preocupação exacerbada com conteúdos e técnicas, em detrimento da transposição didática, ou seja, a Geografia se transforma num fim em si mesma, desprovida de realidade.”, “(...) propõe uma educação integral, tendo como base três eixos: 1) racionalidade científica: ajudar o aluno a pensar e sair do senso comum, conquistando base para justificar suas próprias opiniões; 2) direito à convivência: conviver com as diferenças, a intolerância e a violência; 3) trabalhar a dimensão estética: ajudar a interpretar a realidade.”. Complementando ainda ao afirmar que “(...) o objetivo principal da Geografia é ampliar tempo e espaço, sugerindo, então, um trabalho voltado para: 1) a FALA e a ESCUTA, dando mais importância à palavra; 2) a estética do corpo contemporâneo; e 3) o território, situando o aluno no espaço onde vive e mostrando a existência de outros espaços, fazendo comparações.”

O prof. Aldo Victorio, discorrendo na mesma direção, afirma que o trabalho com as “Artes Visuais é um acompanhamento processual que se baseia na cultura visual, na “pedagogia da imagem” e em conteúdo objetivo.”, portanto, “o objetivo é o uso das Artes Visuais pelo cidadão e não meramente para conhecer a História ou a utilização de determinado material ou técnica.”. Entretanto, a formação do docente dessa área exige “um mínimo de conteúdo como fotografia, reprodução, história em quadrinhos, dentre outros, sendo possível, paulatinamente, levar o aluno a aprender.”

A profa. Lilian Mundim também sinaliza a complexidade dos saberes necessários para a prática docente em Artes Cênicas: “(...) espera-se que o licenciando seja capaz de participar da criação de espetáculos cênicos; de pesquisar e produzir reflexão crítico-teórico; de coordenar processo educacional de conhecimentos teóricos e práticos sobre a linguagem teatral; de articular conhecimentos entre a prática da criação teatral e a reflexão crítico-teórica; do exercício do magistério, no tocante à

educação básica e formal; e de dominar as teorias e práticas sobre a linguagem teatral.”

As palestras, ao discutirem os saberes e práticas docentes, também alertaram sobre o uso de material/livro didático e alguns problemas dectados em propostas que tomam tais materiais como centro definidor do processo pedagógico a ser desenvolvido pelos professores. Tal situação é identificada como problemática, não só por colocar em segundo plano a responsabilidade docente e elaborar seu planejamento de modo adequado a turma que se destina, como restringe as experiências de contato com outros portadores de conhecimento, especialmente, os livros não didáticos.

A profa. Sandra Selles denuncia que “(...) há um apego aos livros didáticos e “desapego” à leitura. Nas aulas que ministra, costuma citar João Zanetic, o qual diz que ‘Todo professor, independentemente da disciplina que ensina, é professor de leitura’.”

O prof. Jailson Silva não se opõe à utilização desse tipo de material, entretanto, afirma: “O livro didático, embora importante, não pode ser o centro do processo.”.

Saberes da experiência em relação aos demais saberes: o papel do Estágio e a prática docente.

A importância do estágio e das ações de formação continuada têm sido destacadas nos estudos sobre a docência, uma vez que o domínio de conteúdos disciplinares e de teorias pedagógicas não é suficiente para se constituir em um bom professor. Como afirma António Nóvoa, a “profissão de professor não é o mesmo que transmitir conhecimento, tem uma complexidade muito maior.” (2016, p. 1-2). Em seguida o autor complementa:

“não se pode ser professor sem combinar três tipos de conhecimento: saber muito bem o conteúdo que vai ensinar (...); ter as bases centrais de tudo o que é da pedagogia, das teorias de aprendizagem, sobre a maneira como as crianças aprendem; e depois, ter um conhecimento da profissão, saber como a profissão funciona na prática, qual é o conhecimento profissional, como se organizar nas escolas, como qualificar o trabalho. (...) quando se desvaloriza um deles, perde-se a dimensão do que é formação de professores.” (p. 2).

Outros estudiosos do tema, Maurice Tardif e outros autores definem os saberes docentes em quatro tipos: os *saberes da formação profissional* (ciências da educação e ideologia pedagógica); *saberes das disciplinas* (as áreas dos conhecimentos disciplinares); os *saberes curriculares* (objetivos, conteúdos e métodos); e os *saberes da experiência* (prática docente) (Tardif et al, 1991, p. 219-220). Considerando que a prática não é uma simples aplicação de teorias e metodologias, os autores afirmam:

Esses saberes brotam da experiência e são por ela validados. Eles incorporam-se à vivência individual e coletiva sob a forma

de *habitus* e de habilidades, de saber fazer e de saber ser (Tardif et al, 1991, p. 220).

Nas palestras proferidas pelos professores convidados identificamos a atenção dada à dimensão prática na formação e sua conexão necessária com os contextos da profissão – a escola:

O prof. Ilmar Mattos afirma que a “(...) mais importante etapa da formação de um professor é aquela que ocorre dentro das escolas (...)”, lembra ainda que “(...) para que haja um bom ensino de História, é necessário facilitar a troca de experiências entre os professores dessa disciplina.”.

A profa. Sandra Selles relata essa preocupação dada no Curso de Ciências Biológicas em que leciona: “(...) é feito em oito períodos, em turno integral, tendo como disciplinas pedagógicas: Iniciação à Docência I, II, III e IV, Instrumentação para Prática de Ensino I e II e Pesquisa e Prática de Ensino I, II, III e IV, Psicologia da Educação, Organização da Educação no Brasil, Didática, Libras e Monografia.”. Explica em seguida que “(...) nos Cursos de Ciências Biológicas há uma maior valorização do conhecimento biológico em detrimento do conhecimento escolar e se constitui um desafio trazer para o currículo da licenciatura o conhecimento escolar e os saberes docentes. Na UFF, os licenciandos são orientados a participarem do cotidiano escolar, observando o planejamento, a avaliação e a escolha do livro didático.”.

A profa. Lilian Mundim explica que no Curso de Licenciatura em Artes Cênicas, em sua instituição, “(...) o aluno é orientado a planejar, executar, acompanhar e avaliar as diversas práticas pedagógicas, ressaltando, ainda, que os estágios supervisionados são articulados com a prática da pesquisa e extensão.”

O prof. Aldo Victorio relata que o Curso de Licenciatura em Artes Visuais, onde leciona “(...) busca a integração entre teoria, prática e entrosamento com a realidade, através das atividades de estágio (...)”.

A relevância da prática e contato com a escola é destacado também no sentido de buscar inserir os licenciandos o quanto antes no espaço escolar, pois como afirma António Nóvoa: “Identidade não se ensina, é um processo que está sempre em caminho. Portanto, não é um dado adquirido. Nós temos uma vida inteira em que se constroem e se reconstroem processos identitários. Mas essa caminhada deve começar no primeiro dia de universidade.” (2016, p. 4). Nessa direção encontramos observações dos professores palestrantes:

O prof. Aldo Victorio informa que seu Curso “(...) tem duração de 4 anos e que o estágio começa no 3º período.”

O prof. José Nunes aponta essa preocupação com a mudança em processo no currículo da licenciatura em Música de sua

instituição, que em seu “(...) currículo atual o estágio começa no 4º período e no novo, a partir do 1º período”. Lembrando ainda que “estágio é fundamental, sendo necessário colocar o licenciando em contato com o ambiente escolar.

A possibilidade de promoção de experiências significativas no ambiente escolar para os licenciandos requer ações integradas e bem planejadas, com devido suporte material e logístico para seu bom funcionamento, como observamos nas falas dos palestrantes e relato de projetos bem sucedidos, como o **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)**, oferecido pelo governo federal em parceria com as Universidades, que envolvem docentes dos cursos de licenciaturas e docentes da educação básica.

A profa. Lilian Mundim “ressalta a importância do regime de colaboração entre as agências formadoras e os sistemas de ensino.”

O prof. Ilmar Mattos destaca a “(...) boa experiência que é o **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)**, que se constitui em uma bolsa de iniciação à docência que coloca o bolsista do curso de Licenciatura dentro da escola de Ensino Fundamental.”

O prof. Aldo Victorio defende o “(...) o **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID)**. Ressalta que o citado Programa acaba por despertar nos licenciandos o interesse pela docência. (...) o trabalho desenvolvido pelo **PIBID** nas escolas coloca o licenciando em sintonia com a realidade, colaborando com a formação do profissional que se complementará com o exercício da profissão, quando aprende a lidar com as adversidades oriundas do dia a dia.”

A profa. Sandra Selles conceitua “o **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)** como uma experiência exitosa.”.

Formação profissional e pessoal envolve formação cultural.

Os estudos sobre a docência e sua formação têm trazido a relevância da formação cultural do professor pelo seu papel de agente formado de crianças e jovens numa perspectiva de educação integral. O domínio de conteúdos, teorias e técnicas não são suficientes para a complexidade da tarefa docente na escola básica. Nesse sentido, os cursos de licenciatura devem considerar a formação profissional e pessoal integrada à formação cultural, proporcionando um ambiente e acesso a experiências e bens culturais orientadas por princípios estéticos, éticos e políticos, como rege a educação brasileira. Tais questões também estiveram presentes nas falas dos palestrantes.

A profa. Sandra Selles explica que “(...) a UFF se propõe a formar professores educadores e não apenas explicadores.”, e nesse sentido, “(...) a formação do professor de Ciências na UFF enfatiza a formação cultural, em espaços não pedagógicos.”.

A profa. Heloisa Alonso “(...) crítica aos atuais cursos de Formação de Professores porque não priorizam a formação pessoal do futuro educador, em detrimento a uma competência mais técnica, não contemplando as demandas do contexto escolar e as necessidades e interesses das crianças.”

O prof. Aldo Victorio defende “(...) a importância do aluno de Licenciatura ter contato com a Arte, tornando possível fazer, conhecer e contextualizá-la.”

A profa. Lara Silva afirma que a “(...) formação de pedagogos deve prepará-los para atuar no cenário da sociedade atual, transpondo os muros da escola, para diferentes e diversos segmentos da sociedade.”.

Referências Bibliográficas:

NÓVOA, António. O lugar da licenciatura. Entrevista à Revista Educação. Ensino Superior. 8 de novembro de 2016. Disponível em <http://www.revistaeducacao.com.br/o-lugar-da-licenciatura/>, acesso em 10 janeiro de 2017.

TARDIF, M. et al. Esboço de uma problemática do saber docente. Teoria E Educação (4), Porto Alegre: Pannonica Editora, 1991.

TARDIF, M. Os professores enquanto sujeitos do conhecimento: subjetividade, prática e saberes no magistério. In ENDIPE. Didática, currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ANEXO III



**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**
Secretaria Municipal de Educação
Conselho Municipal de Educação
Rua Mata Machado nº 15 - Maracanã
Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20271-260
Telefone: 3234-4159
smecme@rioeduca.net

ATA DA 719ª SESSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e quatorze, o Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro (CME) realiza a 719ª sessão, que se organiza em sessão de Câmaras conjuntas, contando com a presença da Presidente deste Colegiado, Regina Helena Diniz Bomeny, dos Conselheiros Jurema Regina Araújo Rodrigues Holperin, Mariza Lomba Pinguelli Rosa, Maria de Lourdes Albuquerque Tavares, Maria de Nazareth Machado de Barros Vasconcellos, Ana Maria Gomes Cezar, Luiz Otávio Neves Mattos, Roberto Guarda Martins, Mariza de Oliveira Muniz, Mariza de Almeida Moreira, Elson Simões de Paiva, Fidelina Rocha da Silva e Aristeo Gonçalves Leite Filho. Iniciando a sessão, a Professora Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), dá início à palestra intitulada “Reflexões sobre a Função da Universidade na Formação Docente”. Começa a explanação agradecendo a oportunidade de reflexão sobre o binômio “Universidade X Formação” e relembra a experiência bem sucedida que se constituiu a parceria da UERJ com a Secretaria Municipal de Educação (SME), na década de noventa do século passado, quando foi realizado o Curso de Formação de Professores, que se destinava à graduação de professores regentes, com matriz curricular específica para professores de primeira a quarta séries, com duração de quatro anos. A seguir, discorre sobre a atualidade dos cursos de Licenciatura, trazendo dados pautados em levantamento feito pelo Ministério da Educação (MEC) e cita artigo do ano de 2012, do então Ministro da Educação, Cristóvão Buarque. Prosseguindo, diz haver uma dicotomia entre a Universidade e a formação profissional, uma vez que os cursos de Licenciatura sejam talvez os que mais sofrem, visto que a relação candidato/vaga dos cursos de Licenciatura e de Pedagogia é a menor para quase todas as universidades. Fala ainda que vivemos uma crise das Licenciaturas e nos perguntamos: “Quem quer ser professor?”. Continuando, cita quais são as graduações mais procuradas e, acreditando que haja influência de uma demanda mercadológica, de uma política de formação de professores no Brasil, explica o conceito de cultura universitária. Entende que, embora haja dificuldades que precisam ser superadas, existem aqueles que gostam dos cursos de Licenciatura e que valorizam o trabalho do professor. Em sua narrativa enfatiza que é preciso buscar a interseção entre teoria e prática, porém acredita que a Universidade não possa trabalhar sozinha. Para tanto, sugere um maior entrosamento entre a Secretaria Municipal de Educação (SME) e a UERJ, sugerindo, em linhas gerais, uma parceria que ofereça aos professores regentes uma especialização. Nesse momento, diz ter conhecimento de que os professores da Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro têm um bom nível de formação, muito embora ainda existam alguns poucos professores sem formação superior. Dando continuidade à explanação, apresenta algumas reflexões a respeito das Licenciaturas, do mercado de trabalho e do perfil dos estudantes universitários, fazendo críticas aos atuais

cursos de formação de professores e apontando possíveis soluções. Logo após, explica como é a Licenciatura na UERJ, apresenta algumas ementas do curso de Licenciatura em Letras e discorre sobre a proposta pedagógica da SME na última gestão. Mais uma vez enfatiza que é preciso estreitar os laços entre a SME e a UERJ, sugerindo algumas ações. A partir deste momento, os Conselheiros fazem algumas considerações. A Conselheira Nazareth elogia a palestra e parabeniza todo o trabalho realizado pela Professora Maria Tereza, especialmente como Consultora da SME. O Conselheiro Aristeo diz acreditar nas Licenciaturas e vê a Rede Pública Municipal de Educação como possibilidade de resiliência. Registra também que os atuais professores têm pouco acesso aos bens culturais. Por sua vez, o Conselheiro Luiz acredita que não ter acesso à cultura não pode ser considerado fator determinante para um mau desempenho na função de professor. Finalizando, a Presidente deste CME, Prof^a Helena Bomeny, registra a importância da UERJ na parceria para a formação dos professores e na elaboração de material pedagógico. Os Conselheiros fazem mais perguntas, relatam sua prática pedagógica, esclarecem alguns detalhes e dão sugestões para o aprimoramento do trabalho. E, por não haver nada mais a declarar, eu, Maria da Conceição Madeira, matrícula 11/094175-7 Secretária do CME/RJ, lavro a presente ata, que é assinada por mim e pelos Conselheiros na folha de presença, em anexo.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 2014.

MARIA DA CONCEIÇÃO MADEIRA

11/094175-7

Secretária do CME/RJ



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Conselho Municipal de Educação
Rua Mata Machado nº 15 - Maracanã
Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20271-260
Telefone: 3234-4159
smecme@rioeduca.net

ATA DA 723ª SESSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e quatorze, o Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro (CME) realiza a 723ª sessão que se organiza em Câmaras conjuntas, estando presentes a Presidente deste Colegiado, Regina Helena Diniz Bomeny, os Conselheiros Jurema Regina Araújo Rodrigues Holperin, Mariza Lomba Pinguelli Rosa, Maria de Lourdes Albuquerque Tavares, Maria de Nazareth Machado de Barros Vasconcellos, Ana Maria Gomes Cezar, Luiz Otávio Neves Mattos, Aristeo Gonçalves Leite Filho, Roberto Guarda Martins, Mariza de Oliveira Muniz, Mariza de Almeida Moreira e como convidadas, as Professoras Ana Cristian Tomé Veneno (Diretora da Escola de Formação do Professor Carioca Paulo Freire) e Maria de Fátima Cunha (Gerente da Coordenadoria Técnica da SME). Justificada a ausência da Conselheira Fidelina Rocha da Silva. Inicia-se a sessão, com a palestra da Professora Lilian Nasser, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), intitulada “Reflexões sobre a Formação de Professores de Matemática”. Ela principia dizendo que a Matemática é vista como o “bicho papão” das disciplinas, desde os anos iniciais. Como justificativa para tal assertiva, cita a dificuldade na leitura, posto que a maioria dos alunos não interpreta corretamente o enunciado de um problema. Enumera também como causas da dificuldade em Matemática: conteúdos descolados das aplicações, transmissão dos conteúdos sem preocupação com a aprendizagem, foco nos procedimentos e não no domínio dos conceitos, incentivo ao uso decorado da tabuada, pouca ênfase na resolução de problemas práticos, dificuldades de interpretação e de leitura nos anos iniciais, foco exclusivo em números e operações, em detrimento dos outros blocos dos PCN: espaço e forma, grandezas e medidas, tratamento da informação, dentre outras. Continuando a explanação, diz que a culpa pelo insucesso na aprendizagem da Matemática costuma ser atribuída ao professor, ao sistema educacional e aos Cursos de Formação de Professores. E levanta uma questão: é vantajoso ter professor generalista nas séries finais do Ensino Fundamental? Logo após, fala acerca da Formação de Professores dos anos iniciais, diz que fez um levantamento dos currículos e observou que em alguns cursos de Pedagogia não há disciplina de Didática da Matemática e, quando há, o número de horas não é suficiente. Prosseguindo, fala sobre o “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa” (PNAIC), que vem a ser um acordo formal assumido pelo Governo Federal, Estados, Municípios e entidades, para firmar o compromisso de alfabetizar crianças até, no máximo, oito anos de idade. É promovido pelo Ministério da Educação (MEC) em todos os Estados, por intermédio das Universidades Públicas, com a participação de professores do 1º ciclo (1º ao 3º anos) e, no Estado do Rio de Janeiro, é coordenado pela UFRJ que, em 2014, vem trabalhando alfabetização matemática e letramento – em parceria com o Projeto Fundação (IM/UFRJ). Logo após, discorre sobre os Cursos de Licenciatura em Matemática, os quais não primavam por buscar uma conexão entre a teoria e a prática, todavia, eles têm sido reformulados para um currículo com disciplinas pedagógicas mescladas com as de conteúdo matemático e com disciplinas de “Matemática na Escola” e de “Fundamentos de Matemática”. Destaca que os Cursos de Formação Inicial não dão segurança aos formandos para

enfrentarem a sala de aula, principalmente nas redes públicas. Em prosseguimento, afirma que grande parte dos Cursos é noturna, os licenciandos trabalham durante o dia, não tendo disponibilidade para o estágio. Enfatiza também que, durante o curso de Licenciatura, os alunos devem desenvolver as habilidades de: aprender a aprender, desenvolver a comunicação oral e escrita, a autonomia, a criatividade e a capacidade de inovar. A seguir, fala a respeito dos professores da SME que ensinam Matemática, destacando que há uma parceria com o “Projeto Fundação” (IM/UFRJ), sendo oferecidos cursos, nos quais são oferecidos cursos de atualização e capacitação. A partir desse momento, os Conselheiros fazem perguntas e falam de sua prática pedagógica. O Conselheiro Aristeo Leite registra que o grande desafio consiste em ensinar Matemática nas séries iniciais. A Conselheira Mariza Muniz ressalta que os professores tendem a ensinar do mesmo jeito como aprenderam e se recorda do tempo em que foi Coordenadora do Colégio Santo Antônio Maria Zaccaria, tempo em que os professores elaboravam uma proposta coletiva de trabalho. A Conselheira Mariza Moreira fala que a família acompanha o aluno matriculado na escola particular e houve uma época em que o status de um professor era medido pelo número de alunos por ele reprovados. A palestrante detalha ainda alguns aspectos já abordados. A Presidente deste CME e os Conselheiros agradecem à Professora Lilian Nasser pela excelente palestra ministrada. E, por não haver nada mais a declarar, eu, Maria da Conceição Madeira, matrícula 11/094175-7 Secretária do CME/RJ, lavro a presente ata, que é assinada por mim e pelos Conselheiros na folha de presença, em anexo.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.

MARIA DA CONCEIÇÃO MADEIRA

11/094175-7

Secretária do CME/RJ



**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**
Secretaria Municipal de Educação
Conselho Municipal de Educação
Rua Mata Machado nº 15 - Maracanã
Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20271-260
Telefone: 3234-4159
smecme@rioeduca.net

ATA DA 735ª SESSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, o Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro (CME) realiza a 735ª sessão, que se constitui em Câmaras conjuntas, contando com a presença da Presidente deste Colegiado, Regina Helena Diniz Bomeny, dos Conselheiros Jurema Regina Araújo Rodrigues Holperin, Mariza Lomba Pinguelli Rosa, Maria de Lourdes Albuquerque Tavares, Maria de Nazareth Machado de Barros Vasconcellos, Ana Maria Gomes Cezar, Luiz Otávio Neves Mattos, Mariza de Almeida Moreira, Roberto Guarda Martins, Fidelina Rocha da Silva, Aristeo Gonçalves Leite Filho, Dilson Ribeiro da Silveira e Elson Simões de Paiva. Participam da sessão o Professor Celso Niskier, Presidente do Conselho Empresarial de Educação da Associação Comercial do Rio de Janeiro e Reitor da UNICARIOCA, o Professor Marcio Martins, representante do Centro Universitário Celso Lisboa, a Professora Cecilia Cury (UNESCO), o Professor Carlos Alberto Figueiredo, Vice-Reitor da UNISUAM, as Professoras Claudia Freitas (UNISUAM) e Lana Silva (UNICARIOCA). Dando início à sessão, o Professor Celso Niskier saúda os presentes e diz que esse encontro é de grande valia para aproximar as Faculdades de Pedagogia da Rede Pública Municipal de Ensino. Passa então a palavra à Professora Lana Silva, Coordenadora do Curso de Pedagogia da UNICARIOCA, que apresenta por meio de projeção multimídia, o curso de Pedagogia de sua Universidade. Inicia a explanação, levantando a seguinte questão: Como formamos o Pedagogo na UNICARIOCA? Detalhando, diz que o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário Carioca está plenamente articulado com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e tem por objetivo formar profissionais éticos e competentes para o mercado de trabalho, oferecendo soluções educacionais acessíveis e de qualidade. Prosseguindo, destaca que o ponto de partida para a formação do Pedagogo acompanha o perfil do Centro Universitário Carioca, *que é* identificado com os processos que pontuam os avanços trazidos para a sociedade, com o surgimento de novas tecnologias e a facilidade de acesso às novas informações, o aumento da percepção da educação como valor indispensável de transformação social. Nesse contexto, entende que a formação de pedagogos deve prepará-los para atuar no cenário da sociedade atual, transpondo os muros da escola, para diferentes e diversos segmentos da sociedade. Esse curso forma, prioritariamente, para o magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Além disso, forma profissionais para as carreiras de Gestor, de Coordenador, de Supervisor ou Orientador, em âmbitos escolares e não escolares, nos quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Continuando, diz que o Curso tem quarenta e oito disciplinas obrigatórias, perfazendo uma carga horária de três mil, duzentos e quarenta horas de curso, sendo trezentas delas dedicadas ao estágio supervisionado. A seguir, destaca a formação de seu corpo acadêmico, que é formado, majoritariamente, por Mestres e Doutores. A seguir, é dada a palavra à Professora Claudia Freitas, Coordenadora do Curso de Pedagogia da UNISUAM, que fala a respeito da formação do professor. Destaca que na UNISUAM o primeiro ano do Curso de Pedagogia é dedicado à conquista do aluno, pois não há outra

forma de se trabalhar, senão aquela alinhada com a concepção da instituição: o aluno deve ser autônomo para aplicar conhecimentos. Diz que formam profissionais para espaço escolar e não escolar. Registra que há alunos que atuam em organizações não governamentais. Fala também que o foco está nas licenciaturas, a atuação não deve se deter somente no campo teórico, mas deve ser voltada à realidade das salas de aula. A seguir, fala a respeito dos projetos integradores, que trabalham com a transversalidade. Ao final do curso, os alunos apresentam um projeto pedagógico, alinhando a teoria à prática. Prosseguindo, é dada à palavra ao Prof. Márcio Martins, gestor do Centro Universitário Celso Lisboa, o qual inicia sua explanação dizendo que para discutir a matriz curricular, é necessário entender que o foco deve ser o aluno. Sua instituição atende a uma demanda do entorno, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais. Ressalta que há uma dificuldade de formação do corpo docente, pois atualmente o professor costuma ser “Especialista”. Diz que há diferença entre evasão escolar e evasão financeira. Lembra que sua Instituição está acostumada a trabalhar com os alunos com defasagem educacional. Buscando sanar tal problema, trabalha com o Projeto “Aluno Sabe Mais” e com um “vestibular qualitativo”, no qual é feito um diagnóstico de aptidões educacionais de cada aluno. Continuando, enfatiza que há intenção de voltar a oferecer o curso de Pedagogia, com Licenciatura. Lembra que seus alunos costumam trabalhar com o Projeto “Reforço Escolar” da SME, que é uma forma de extensão universitária. Finda as apresentações, a Professora Helena Bomeny agradece a participação de todos e abre espaço para perguntas. O Conselheiro Aristeo Leite indaga se os gestores têm conhecimento do número de Pedagogos que se formam nessas instituições, por período. Com a palavra, a Professora Claudia diz que, em média, são formados 40 profissionais por semestre. Continuando, o Conselheiro Aristeo Leite registra que os futuros professores não identificam seus mestres como professores e que enfatiza a importância da leitura e da escrita nos cursos de Licenciatura.. A Professora Claudia lembra que a questão da leitura e da escrita é trabalhada por intermédio de projetos interdisciplinares. Em continuidade, registra que é fato notório que o aluno tem limitações, mas que se constitui um desafio ajudá-los à superá-las. Ainda com a palavra, o Conselheiro Aristeo pergunta como se forma o professor, que dará conta da pluralidade econômica e social presentes em nossa sociedade. Respondendo ao questionamento, o gestor da Universidade Celso Lisboa fala que há uma forte preocupação com o ENADE, posto que exige carga teórica mínima que deve ser cumprida, apesar de entender que há pouco tempo para a prática em sala de aula. O Professor Niskier diz quarenta por cento dos alunos abandonam os bancos universitários. Para ele, tal fato tem se constituído um crime de “lesa-Estado”, pois há um enorme investimento nesse cidadão, para que ele chegue até a Universidade. Nesse aspecto, destaca os Projetos Federais de incentivo - PROUNI e o FIES, dizendo que já está provado que os egressos destes Programas costumam ter rendimento acima da média, configurando assim uma política de Estado bem-sucedida. O Conselheiro Elson e a Professora Marilena Cury registram que é necessário valorizar mais a carreira de professor e trabalhar melhor a sua autoestima. O Conselheiro Dilson sugere mais atenção as áreas de Pesquisa e Extensão. A Conselheira Jurema propõe se instituir uma forma de acompanhamento da prática de ensino através de estagiários remunerados. O Conselheiro Luiz Otávio diz que os jovens chegam às universidades com uma escolarização precária e tal fato se reflete nos Cursos de Pedagogia. Entende que os professores têm sim, o papel de transmitir conhecimentos, embora tal afirmação seja criticada, essa é uma das funções da escola. Em sua visão, o professor deve ter competência técnica e qualidade relacional. Finalizando, o Prof. Celso Niskier pede que este CME levante,

em dez tópicos, o que é necessário para se formar um bom professor. E, por não haver nada mais a declarar, eu, Maria da Conceição Madeira, matrícula 11/094175-7, Secretária do CME/RJ, lavro a presente ata, que é assinada por mim e pelos Conselheiros na folha de presença, em anexo.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2014.

MARIA DA CONCEIÇÃO MADEIRA

11/094175-7

Secretária do CME/RJ



**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**
Secretaria Municipal de Educação
Conselho Municipal de Educação
Rua Mata Machado nº 15 - Maracanã
Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20271-260
Telefone: 3234-4159
smecme@rioeduca.net

ATA DA 756ª SESSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos dezenove dias do mês de maio de dois mil e quinze, o Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro (CME) realiza a sua 756ª sessão, que se estabelece em Câmaras Conjuntas e é presidida pela Professora Regina Helena Diniz Bomeny, Presidente deste Colegiado. Estão presentes os Conselheiros Jurema Regina Araújo Rodrigues Holperin, Mariza Lomba Pinguelli Rosa, Maria de Nazareth Machado de Barros Vasconcellos, Maria de Lourdes Albuquerque Tavares, Antonio Augusto Alves Mateus Filho, Ana Maria Gomes Cezar, Marina Alexandra Garcez Loureiro Barreto, Roberto Guarda Martins, Fidelina Rocha da Silva, Dilson Ribeiro da Silveira, e Aristeo Gonçalves Leite Filho. Justificada a ausência da Conselheira Mariza de Almeida Moreira. Dando início aos trabalhos, o Professor Ilmar Rohloff de Mattos (PUC-Rio) apresenta palestra sobre o ensino de História, enfrentando a questão da formação dos professores de História e como as Universidades lidam com a prática de ensino. Esclarece que é consultor de História da Secretaria Municipal de Educação (SME) há quatro anos e vê alguns aspectos que as instituições de ensino superior precisam aprimorar nos cursos de licenciatura. Cita como necessário o aprimoramento da qualificação do professor na formação continuada, pois não se pode esgotar o conhecimento na graduação. Diz que é importante haver reforma no Ensino Médio, tema que já vem sendo discutido pelo Ministério da Educação e uma modificação nas diretrizes dos cursos de formação de professores. Prosseguindo, relata como atualmente ocorre a formação do professor de História: em sentido amplo, é denominada formação subjetiva - aquela que forma o Bacharel em História (historiador), o profissional que produz o texto historiográfico. Em segundo plano, a formação do professor de História, que deve se reconhecer como historiador. Continuando, recorda que no decorrer do século XX houve uma alternância de valores, havendo períodos em que era socialmente mais conceituado ser professor. Noutros, era mais valorizado ser historiador. No entanto, fundamental é que o professor de História não perca de vista que ele é também um historiador, compreendendo que ser professor História é produzir textos historiográficos, é dar aulas-texto, é ser autor. Diz que as Universidades devem evitar formar professores “mordidos pela teoria” e que alguns especialistas em educação defendem que o lugar da licenciatura é na Faculdade de Educação. Todavia, todas as instituições de ensino superior que possuem cursos de licenciatura têm um currículo mínimo, contemplando a metodologia do ensino-aprendizagem, porquanto a razão de ser professor é ensinar. A seguir, fala da boa experiência que é o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que se constitui em uma bolsa de iniciação à docência que coloca o bolsista do curso de Licenciatura dentro da escola de Ensino Fundamental. Continuando, ressalta que o mundo se modifica qualitativamente e a globalização pôs fim a três pilares da Modernidade: a língua, a literatura e a História Nacional. Não se fala mais em História da Literatura, mas sim de uma literatura brasileira e, antigamente, só se ensinava a História do

homem branco, do vencedor. Atualmente, já se incluem nos programas da disciplina, a História da África e o estudo de autores africanos de língua portuguesa, fatos que ensejam uma formação mais autêntica do povo brasileiro. Lembra ainda que a terceira e mais importante etapa da formação de um professor é aquela que ocorre dentro das escolas e a SME deve buscar que as direções das unidades escolares tenham um perfil mais acadêmico. Nesse momento, a Professora Helena Bomeny comenta que algumas direções de escola da Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro dão ênfase à parte administrativa e tem se constituído um enorme desafio mudar o foco para um prisma mais pedagógico. Ainda com a palavra, a Presidente deste Colegiado diz que nunca se deve esquecer que a aprendizagem do aluno é a nossa atividade-fim. A Conselheira Nazareth corrobora, lembrando que aprendizagem é uma responsabilidade social. Finalizando a apresentação, o Professor Ilmar enfatiza que, para que haja um bom ensino de História, é necessário facilitar a troca de experiências entre os professores dessa disciplina. Nesse diapasão, a Presidente deste CME lembra que, em breve, serão divulgadas as seguintes mudanças no cotidiano escolar: o turno das escolas da Rede Pública Municipal de Ensino passará a constar de sete horas e as escolas serão reagrupadas por faixa etária. Todas as alterações fazem parte de modelo pedagógico, delineado para facilitar a aprendizagem dos alunos. Ainda com a palavra, destaca o papel de uma boa gestão escolar. Nesse momento, o Conselheiro Aristeo lembra que muitos professores fazem questão de permanecerem em determinada escola. No entanto, algumas escolas não formam uma equipe coesa e dedicada à aprendizagem de seus alunos. Prosseguindo os trabalhos, a Secretária deste CME repassa os seguintes avisos: a) a UNCME/RJ informou que a Editora Saraiva oferece curso gratuito (120h -EAD) para Professores do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. As inscrições podem ser efetivadas no período compreendido entre os dias quatorze a vinte e dois de maio, por intermédio do endereço eletrônico http://3st.mn/cadastro_pratica; b) o Ministério Público (MP/RJ) convida para o “II Encontro do Ministério Público e o Controle Social na Educação - Conselhos e Fóruns na Educação Jovens e Adultos”, no dia vinte e seis de junho do corrente ano e cuja programação consta anexa à pauta desta reunião. Com a palavra, a Presidente deste CME ressalta que a Audiência Pública da Lei de Diretrizes Orçamentárias ocorrerá no próximo dia vinte e seis na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Continuando a sessão, a Conselheira Jurema Holperin informa que estará ausente às próximas três sessões deste Colegiado, em virtude de férias. Fazendo uso da palavra, o Conselheiro Dilson registra que esteve presente ao “XIV Encontro Estadual dos Conselhos Municipais de Educação”, realizado no dia quatorze, próximo passado, em Itaguaí/RJ. Continuando a fala, registra que na ocasião: i) o Conselheiro Aristeo Leite ministrou excelente palestra sobre Educação Infantil; ii) o referido evento contou com a presença da Professora Gilvânia Nascimento - Presidente da UNCME Nacional, a qual discursou sobre a necessidade do fortalecimento financeiro dos CME, teceu comentários acerca do documento denominado “Pátria Educadora” e parabenizou o estado do Rio de Janeiro, por ser único estado brasileiro, cuja totalidade das cidades têm Conselhos de Educação; iii) o próximo Encontro Nacional da UNCME será realizado na cidade de Porto de Galinhas/PE, no mês de outubro do corrente ano. Após, os Conselheiros leem e aprovam a ata da 755ª sessão. Finalizando, a Secretária deste CME informa que está encerrado o prazo para cadastramento de instituições, com vista à composição da Sociedade Civil de CME. E, por não haver nada mais a declarar, eu, Maria da Conceição Madeira, matrícula

11/094175-7, Secretária do CME/RJ, lavro a presente ata, que é assinada por mim e pelos presentes na folha de presença, em anexo.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2015.

MARIA DA CONCEIÇÃO MADEIRA
11/094175-7
Secretária do CME/RJ



**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**
Secretaria Municipal de Educação
Conselho Municipal de Educação
Rua Mata Machado nº 15 - Maracanã
Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20271-260
Telefone: 3234-4159
smecme@rioeduca.net

ATA DA 779ª SESSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos dez dias do mês de novembro de dois mil e quinze, o Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro (CME) realiza a sua 779ª sessão, organizada em Câmaras Conjuntas e dirigida pela Professora Regina Helena Diniz Bomeny, Presidente deste Colegiado. Estão presentes os Conselheiros Jurema Regina Araújo Rodrigues Holperin, Mariza Lomba Pinguelli Rosa, Maria de Nazareth Machado de Barros Vasconcellos, Maria de Lourdes Albuquerque Tavares, Antonio Augusto Alves Mateus Filho, Ana Maria Gomes Cezar, Dilson Ribeiro da Silveira, Mariza de Almeida Moreira, Márcia Cristina Martins Pereira, Elaine Crystina Mendonça da Silva dos Santos Gatinho e Joilson Nascimento Moço. Justificada a ausência da Conselheira Lígia Maria Motta Lima Leão de Aquino. Abrindo a sessão, a Professora Sandra Escovedo Selles, Professora Titular da Universidade Federal Fluminense (UFF) apresenta a palestra “Formação Docente - pontos para discussão”. Inicia a fala discorrendo sobre sua formação como Professora de Ciências Biológicas, informando que se graduou na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), cursou o Mestrado e o Doutorado na Inglaterra, foi Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação e Presidente da Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBio) por dois mandatos consecutivos. Atualmente, é presidente da Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC) 2013-2016, coordena o Grupo de Pesquisa "Currículo, Docência e Cultura" (CDC), no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, e é líder no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Inicia a explanação questionando a universalização do ensino e indaga qual a escola que queremos. Diz não acreditar em verdades absolutas. A escola e os educadores devem estar sensíveis ao diálogo. Logo após, detalha como se dá a formação do professor de Ciências na UFF enfatiza a formação cultural, em espaços não pedagógicos. Ao fazer o ENEM, o aluno escolhe cursar a Licenciatura ou o Bacharelado. Continuando, explica que o Curso de Ciências Biológicas é feito em oito períodos, em turno integral, tendo como disciplinas pedagógicas: Iniciação à Docência I, II, III e IV, Instrumentação para Prática de Ensino I e II e Pesquisa e Prática de Ensino I, II, III e IV, Psicologia da Educação, Organização da Educação no Brasil, Didática, Libras e Monografia. Prosseguindo, diz que a UFF se propõe formar professores educadores e não apenas explicadores. Há um valor simbólico diferente dado ao Professor de Ciências e ao Biólogo. É comum o aluno que não atingiu nota para a carreira escolhida, optar pela Licenciatura. Enfatiza a necessidade urgente de se dar destaque à carreira de Professor, pois a profissão docente é retoricamente considerada estratégica para o país e para a sociedade brasileira, entretanto, é uma carreira pouco atrativa. As universidades, escolas, secretarias de educação e os sindicatos disputam a formação docente. Ressalta que há um apego aos livros didáticos e “desapego” à leitura. Nas aulas que ministra, costuma citar João Zanetic, o qual diz que *“Todo professor, independentemente da disciplina que ensina, é professor de leitura”*. Continuando, diz que nos Cursos de Ciências Biológicas há uma maior valorização do conhecimento biológico em

detrimento do conhecimento escolar e se constitui um desafio trazer para o currículo da licenciatura o conhecimento escolar e os saberes docentes. Na UFF, os licenciandos são orientados a participarem do cotidiano escolar, observando o planejamento, a avaliação e a escolha do livro didático. O Curso de Ciências Biológicas busca instruir os futuros educadores como conformadores e cita o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) como uma experiência exitosa. Encerra sua fala com as palavras de Antonio Nóvoa: (...) *“é necessário construir políticas que reforcem os professores, os seus saberes e os seus campos de atuação, que valorizem as culturas docentes, e que não transformem os professores numa profissão dominada pelos universitários, pelos peritos ou pela indústria do ensino”*. Finalizando, os Conselheiros fazem perguntas e elucidam algumas questões. E, por não haver nada mais a declarar, eu, Maria da Conceição Madeira, matrícula 11/094175-7, Secretária do CME/RJ, lavro a presente ata, que é assinada por mim e pelos presentes na folha de presença, em anexo.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2015.

MARIA DA CONCEIÇÃO MADEIRA
11/094175-7
Secretária do CME/RJ



**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**
Secretaria Municipal de Educação
Conselho Municipal de Educação
Rua Mata Machado nº 15 - Maracanã
Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20271-260
Telefone: 3234-4159
smecme@rioeduca.net

ATA DA 783ª SESSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, o Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro (CME) realiza a sua 783ª sessão, constituída em Câmaras Conjuntas, sendo presidida pela Conselheira Mariza Lomba Pinguelli Rosa, Vice-Presidente deste Conselho, em razão da Presidente, Professora Regina Helena Diniz Bomeny, cumprir outra agenda de trabalho. Estão presentes os Conselheiros Maria de Nazareth Machado de Barros Vasconcellos, Maria de Lourdes Albuquerque Tavares, Antonio Augusto Alves Mateus Filho, Ana Maria Gomes Cezar, Mariza de Almeida Moreira, Lígia Maria Motta Lima Leão de Aquino, Dilson Ribeiro da Silveira, Márcia Cristina Martins Pereira, Elaine Crystina Mendonça da Silva dos Santos Gatinho e Joilson Nascimento Moço. Justificada a ausência da Conselheira Jurema Regina Araújo Rodrigues Holperin. Iniciando os trabalhos, a Professora Heloísa Alonso (UFRJ) apresenta a palestra intitulada “*Educação Física: Intervenção na Educação Básica*”, descrevendo como se dá a Graduação de Educação Física na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Registra que a docência deve ter como foco principal a formação humana sem, contudo, esquecer a competência técnica. Segundo ela, o professor deve favorecer o desenvolvimento do aluno como pessoa, capaz de ser criadora, junto com as outras, de um espaço humano de convivência social desejável. Logo após, cita o principal objetivo da Educação Física na etapa da Educação Infantil, qual seja, trabalhar a educação do corpo inteiro, favorecendo as práticas pedagógicas, para que as crianças se apropriem do corpo como possibilidade de comunicação e expressão no mundo. Continuando, diz que o processo ensino-aprendizagem da Educação Física e Esportes deve levar em conta questões socioculturais e do ambiente escolar. O professor deve buscar o diálogo com toda a comunidade escolar, e estar atento à fala e às necessidades de seus alunos. A palestrante registra o “saber ouvir”, como fundamental para o sucesso escolar. Prosseguindo com a apresentação, cita outros objetivos que podem ser alcançados com a Educação Física nas séries iniciais: ser educado para vida; contribuir na formação crítica sobre as práticas corporais; possibilitar ao aluno uma autonomia na escolha de tais práticas; compreender os sentidos, os significados e as emoções das vivências corporais; entender o corpo a partir de signos sociais, onde nele vem impresso o cotidiano de sua cultura. A Educação Física, segundo ela, pode propiciar o entendimento e a compreensão da ação motora numa perspectiva criativa e autônoma; das questões dos sentimentos e das relações sociais presentes com o grupo, do ato motor padronizado para ir além e realizar uma prática corporal consciente. Dando continuidade, discorre sobre abordagem do desenvolvimento humano. Segundo Bronfenbrenner, “*a aprendizagem ocorre em vários sistemas, sendo definido como microssistema um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais vivenciados pelo aluno em desenvolvimento num dado ambiente com características físicas e materiais específicos*”. Finalizando sua explanação, faz uma crítica aos atuais cursos de Formação de Professores porque não priorizam a formação pessoal do futuro educador, em detrimento a uma competência mais técnica, não contemplando as demandas do contexto escolar e as necessidades e

interesses das crianças. Logo após os Conselheiros fazem considerações a respeito do tema, aprofundando o conhecimento do assunto. Por fim, fazem perguntas e elucidam algumas questões. E, por não haver nada mais a declarar, eu, Maria da Conceição Madeira, matrícula 11/094.175-7, Secretária do CME/RJ, lavro a presente ata, que é assinada por mim e pelos presentes na folha de presença, em anexo.

Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 2015.

MARIA DA CONCEIÇÃO MADEIRA
11/094175-7
Secretária do CME/RJ



**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**
Secretaria Municipal de Educação
Conselho Municipal de Educação
Rua Mata Machado nº 15 - Maracanã
Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20271-260
Telefone: 3234-4159
smecme@rioeduca.net

ATA DA 797ª SESSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos doze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, o Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro (CME) realiza a sua 797ª sessão, constituindo-se em sessão de Câmaras conjuntas, sendo presidida pela Presidente deste Conselho, Professora Regina Helena Diniz Bomeny. Estão presentes os Conselheiros Jurema Regina Araújo Rodrigues Holperin, Mariza Lomba Pinguelli Rosa, Maria de Nazareth Machado de Barros Vasconcellos, Maria de Lourdes Albuquerque Tavares, Ana Maria Gomes Cezar, Mariza de Almeida Moreira, Lígia Maria Motta Lima Leão de Aquino, Márcia Cristina Martins Pereira, Joilson Nascimento Moço e Elaine Crystina Mendonça da Silva dos Santos Gatinho. A reunião tem início com informe da UNCME/RJ, versando sobre o curso de Conselheiros Municipais de Educação, promovido pelo Ministério Público, em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF). Em seguida é divulgado o 10º Seminário Nacional “Escola? Presente”, que ocorrerá nos dias 12 e 13 de maio deste ano, em Pernambuco, tendo como temática a Base Nacional Comum Curricular. Por último, é informado aos Conselheiros que a Secretaria deste Conselho enviou e-mail à UNCME solicitando mais detalhes sobre o questionamento encaminhado a este Colegiado, sendo que, até o presente momento, não houve retorno daquela instituição. O Conselheiro Joilson pede a palavra para agradecer a presença do Secretário Municipal de Saúde na reunião do Conselho de Responsáveis da Secretaria Municipal de Educação. Relata que foi um momento onde responsáveis foram ouvidos sobre problemas ligados àquela Pasta. Dando continuidade, a Presidente deste Conselho dá as boas vindas ao Professor Jailson Silva, da UFF, presente a esta sessão para ministrar palestra sobre o Ensino de Geografia. O Professor começa falando de suas origens: carioca, descendente de numerosa família do Rio Grande do Norte, passou sua infância residindo em Comunidades da periferia desta Cidade. Ressalta a importância que a Igreja teve em sua vida, ensinando-o sobre valores como o de “ser”, em detrimento do “ter”. Considera que esse fato o ajudou a não perder o foco naquela fase de sua vida. Sempre estudou em escolas públicas, fez a graduação em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro e, posteriormente, Mestrado e Doutorado em Educação. Falando do ensino de Geografia, constata que a Universidade não está formando ou preparando para a docência. Há uma preocupação exacerbada com conteúdos e técnicas, em detrimento da transposição didática, ou seja, a Geografia se transforma num fim em si mesma, desprovida de realidade. Logo, o aluno não consegue operar com a realidade, deixando a Geografia de ser uma mediadora de conhecimento, que permitiria ao aluno caminhar e se apropriar de seu tempo e espaço. Paralelo a esse panorama, aborda a visão do professor sobre a escola localizada em Comunidades, relatando que ela a vê da mesma forma que enxerga a favela (COMUNIDADE), ou seja, local repleto de precariedades e carente de potencial. Diante desse pressuposto, pontua como sendo um grande desafio a identificação da realidade que se apresenta e suas reais potencialidades. Como uma possibilidade de superar tal questão, propõe uma educação integral, tendo como base três eixos: 1) racionalidade científica: ajudar o aluno a pensar e sair do senso comum, conquistando base para justificar suas próprias

opiniões; 2) direito à convivência: conviver com as diferenças, a intolerância e a violência; 3) trabalhar a dimensão estética: ajudar a interpretar a realidade. O Palestrante ressalta que o objetivo principal da Geografia é ampliar tempo e espaço, sugerindo, então, um trabalho voltado para: 1) a FALA e a ESCUTA, dando mais importância à palavra; 2) a estética do corpo contemporâneo; e 3) o território, situando o aluno no espaço onde vive e mostrando a existência de outros espaços, fazendo comparações. Segundo o Professor Jailson, a Geografia é um elemento fundamental para ajudar o aluno a pensar, sendo importante que o professor apresente outros pontos de vista, diversas versões sobre um determinado assunto, permitindo ao aluno pensar sobre a sua realidade e adotar posições próprias. Dessa conscientização, será possível formar alunos com autonomia e ética, capazes de definir o mundo que desejam e responsáveis por suas escolhas. É necessário que o professor repense o seu papel e encare a Geografia como elemento capaz de tornar o aluno mais humano, democrático e justo. Segundo ele, a concepção de Geografia se baseia na perspectiva ética e seus conteúdos decorrem da construção coletiva do território, entendendo a dinâmica desse espaço. Os conteúdos devem fazer sentido para esse aluno, fazendo-se necessário adotar “pedagogia do encontro”, indispensável para romper com representações e disciplinalização, e entendendo o aluno como o centro do processo educativo. O livro didático, embora importante, não pode ser o centro do processo. Para o Palestrante, é necessário superar o paradigma “a escola pública é para o pobre e a qualidade é ruim”. Os alunos precisam acreditar nessa escola, sendo fundamental a participação das famílias nesse processo. Dando prosseguimento à sua fala, relata sua experiência como Secretário de Educação de Nova Iguaçu, época em que as escolas daquele município contavam com o auxílio de um estagiário e de uma mãe educadora. Segundo sua avaliação, a mãe educadora fortalecia o vínculo da comunidade com a escola, bem como permitia maior conhecimento da realidade dos alunos. A Conselheira Ligia levanta a questão que tal procedimento poderia levar à precarização da educação. Embora com posições divergentes, o Professor Jailson esclarece que cada um ocupa sua função. Poderia ser entendido como precarização se a mãe assumisse, por exemplo, a função do professor. Segundo seu entendimento, o objetivo da presença da mãe era facilitar a integração com a escola. A Conselheira Elaine relata sua experiência como voluntária na escola de seu filho, destacando o quanto é gratificante a participação em vários momentos, o quanto a presença dos pais na escola contribui para a formação do próprio filho e motiva, também, a participação de outros responsáveis. O Conselheiro Joilson pontua a dificuldade de romper a barreira do rótulo para poder convencer profissionais a trabalhar nas Comunidades. Destaca, também, a importância do responsável ocupar o seu espaço, com a finalidade de auxiliar o professor a entender melhor os seus alunos. Ressalta, ainda, que quando a escola funciona bem, é certo que todos estão fazendo a sua parte. A Conselheira Nazareth faz uma reflexão sobre a função do “servidor público”, ou seja, a de servir bem a população a qual presta serviços. Sinaliza que precisamos construir pontes e romper a barreira que determinadas escolas constroem para inviabilizar o acesso e participação dos responsáveis. Fala da importância da criação de vínculos com esses responsáveis, sendo necessário que os profissionais revejam seus conceitos. A Conselheira Marcia pontua a diversidade de responsáveis presentes na Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro, desde os que colaboram voluntariamente até aquele que chegam às reuniões perguntando onde assinam e o horário do término do encontro. A Conselheira Jurema questiona sobre a formação dos professores que irão trabalhar nas redes pública ou privada, tendo em vista a formação oferecida pela Universidade. O Professor Jailson considera que a Rede Pública deve ajudar a formar o seu professor porque a Universidade não reconhece a dimensão da complexidade da escola. No entanto, ressalta a importância de estabelecer parceria com as

Universidades para ajudar na formação de profissionais que se aproximem da realidade dos alunos. A Presidente deste Conselho faz menção aos Ginásios Experimentais criados em 2011, com a proposta de promover a interação entre as disciplinas. Destaca, também, a importância do rompimento do paradigma de carência e da precariedade da escola pública. Continua sua fala, afirmando que a escola não conseguirá avançar sem o envolvimento da família. A Conselheira Mariza Moreira parabeniza o Professor Jailson, que embora tenha lutado contra adversidades, chegou à Universidade e continua dando sua contribuição para a formação de professores comprometidos com a realidade social de seus alunos. E por não haver nada mais a declarar, eu, Maria da Conceição Madeira, matrícula 11/094.175-7, Secretária do CME/RJ, lavro a presente ata, que é assinada por mim e pelos presentes na folha de presença, em anexo.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2016.

MARIA DA CONCEIÇÃO MADEIRA
11/094175-7
Secretária do CME/RJ



**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**
Secretaria Municipal de Educação
Conselho Municipal de Educação
Rua Mata Machado nº 15 - Maracanã
Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20271-260
Telefone: 3234-4159
smecme@rioeduca.net

ATA DA 809ª SESSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos doze dias do mês de julho de dois mil e dezesseis, o Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro (CME) realiza a sua 809ª sessão, constituindo-se em sessão de Câmaras Conjuntas, sob a presidência da Professora Regina Helena Diniz Bomeny. Presentes os Conselheiros Jurema Regina Araújo Rodrigues Holperin, Mariza Lomba Pinguelli Rosa, Maria de Nazareth Machado de Barros Vasconcellos, Maria de Lourdes Albuquerque Tavares, Ana Maria Gomes Cezar, Mariza de Almeida Moreira, Dilson Ribeiro da Silveira, Luiz Otavio Neves Mattos, Márcia Cristina Martins Pereira, Joilson Nascimento Moço e Elaine Crystina Mendonça da Silva dos Santos Gatinho. Justificada a ausência da Conselheira Lígia Maria Motta Lima Leão de Aquino. Dando início aos trabalhos, as Conselheiras Ana Cezar e Márcia Cristina fazem um breve relato sobre a eleição para a Coordenação Estadual da UNCME/RJ, realizada no último dia 07 de julho, em São Gonçalo. Dando continuidade à sessão, a Presidente da Casa apresenta a Professora Doutora Liliane Ferreira Mundim que comparece a este Conselho para tratar do Curso de Licenciatura em Teatro da UNIRIO. A Professora relata que, atualmente, integra o Departamento de Ensino do Teatro da citada Instituição, mas que trabalhou, por cerca de 20 anos, na Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. Inicia sua fala fazendo um breve histórico sobre o surgimento da Licenciatura, ressaltando que a Escola de Teatro da UNIRIO foi a primeira Instituição a oferecer curso de Licenciatura em Teatro no Estado do Rio de Janeiro, acrescentando que o curso, ano passado, obteve o conceito máximo na avaliação do Ministério da Educação. Nesse momento, a Professora é questionada acerca da formação dos atores, indagando se estes passam, obrigatoriamente, pela Licenciatura. A Professora esclarece que não, bastando a formação de nível técnico para ser considerado ator. Destaca que a população, em sua grande maioria, desconhece a existência do curso de Licenciatura em Artes. Continuando, informa que o curso tem carga horária de 2.990 horas, estando prevista a ampliação para 3.600 horas, tendo a duração de, no mínimo, 7 períodos e, no máximo, de 14 períodos, sendo ministrados em horário integral (tarde e noite). Tal modalidade de atendimento vem se mantendo desde época da Escola de Teatro, no Parque do Flamengo, destacando que o horário integral impede o aluno de trabalhar, tornando-se uma das causas de evasão, embora reconheça a dificuldade de cumprir tamanha carga horária apenas em um turno. Relata que a partir da edição da Lei 5.692/71, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro incluiu em seu currículo, dentro da área de Comunicação e Expressão, a disciplina Artes Cênicas, sem, contudo existir, no Rio de Janeiro, curso de formação de professores de Teatro. Sendo assim, a Escola de Teatro assumiu a responsabilidade de suprir a Rede com professores qualificados. Em 1996, a Lei 9.394 torna obrigatório o ensino das Artes nas escolas brasileiras e determina novos procedimentos. Em 2005, a UNIRIO cria o Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura, objetivando a formação de professores de teatro aptos a ingressar no mercado de trabalho, com foco principal para o magistério do Ensino Fundamental e Médio. Esse Projeto incentiva um novo perfil de profissional que passa a ser caracterizado como professor/artista/pesquisador, ao invés de apenas professor/ator. Ressalta a importância do aluno de

Licenciatura ter contato com a Arte, tornando possível fazer, conhecer e contextualizá-la. Enfatiza que a linguagem teatral desenvolve a criatividade, a comunicação, a cidadania, o conhecimento estético, dentre outros fatores. Durante o Curso o aluno é orientado a planejar, executar, acompanhar e avaliar as diversas práticas pedagógicas, ressaltando, ainda, que os estágios supervisionados são articulados com a prática da pesquisa e extensão. Relata que os alunos, durante o Curso, conhecem os elementos da linguagem teatral, bem como, os códigos e convenções da linguagem cênica na concepção da encenação, sendo que todos esses ensinamentos têm como foco os princípios gerais da educação, articulados com os processos pedagógicos. Segundo a palestrante, espera-se que o licenciando seja capaz de participar da criação de espetáculos cênicos; de pesquisar e produzir reflexão crítico-teórico; de coordenar processo educacional de conhecimentos teóricos e práticos sobre a linguagem teatral; de articular conhecimentos entre a prática da criação teatral e a reflexão crítico-teórica; do exercício do magistério, no tocante à educação básica e formal; e de dominar as teorias e práticas sobre a linguagem teatral. O estágio supervisionado permitirá a vivência das práticas educativas em campo, propiciando ao aluno uma aproximação com a realidade do contexto social onde irá atuar. Acrescenta que o estágio está subdividido em 4 etapas, totalizando 420 horas de prática. Mais uma vez destaca a dificuldade de o aluno cumprir a carga horária de estágio, tendo em vista que dispõe, tão somente, do turno da manhã. No tocante à realização do estágio em unidade da Rede Pública Municipal de Ensino, enfatiza que seus alunos resistem a essa possibilidade, tendo em vista não haver outros profissionais com os quais possam trocar experiências. Outro aspecto a considerar, refere-se ao fato de a disciplina de Artes não ter seu peso equiparado a outras disciplinas, como Português e Matemática, não sendo, muitas vezes, valorizada pelos demais professores. Dando continuidade, ressalta a importância do regime de colaboração entre as agências formadoras e os sistemas de ensino. Neste momento, a Presidente deste Conselho lembra que a Secretaria Municipal de Educação (SME) dispõe de um Programa de Estágio. A Professora Liliane ressalta que além da SME, a UNIRIO também mantém convênio com o Colégio de Aplicação da UERJ e com algumas Instituições da rede particular de ensino. Finalizando, aborda os projetos de extensão universitária, coordenados pelos professores do Departamento de Ensino do Teatro, citando, dentre outros, “Hospital como Universo Cênico”, “Programa de extensão Cultura na Prisão”, “Programa Teatro em Comunidades”. Menciona, ainda, o evento anual denominado “Semana de Ensino de Teatro”. A Conselheira Márcia Cristina pergunta se o programa contempla a Educação Especial. A palestrante esclarece que muitos alunos acabam dedicando atenção a esta temática em seus trabalhos e que, por vezes, surgem projetos muito bons. Reconhece a importância do teatro para esse público, sinalizando que todos podem participar de uma encenação. A Conselheira Nazareth pede a palavra para destacar que os jogos dramáticos facilitam a abordagem de assuntos de extrema importância. Nessa linha, destaca a iniciativa da MultiRio, que desenvolve o Projeto “Ensaio sobre a não violência”, em colaboração com o Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares (NIAP), onde os participantes representaram papéis inversos, como pais fazendo o papel dos filhos e vice versa, tornando a abordagem dos temas mais realista. A Professora Liliane afirma ser esse um dos papéis do teatro, reforçando junto a seus alunos essa possibilidade do teatro, que necessariamente não ocorre no espaço onde há palco e plateia. Destaca, ainda, a importância do Professor de Artes estar apto a esclarecer o trabalho que estiver desenvolvendo com determinado grupo, para que possa, diante um questionamento, explicar o objetivo e o embasamento teórico da atividade. Vários Conselheiros se colocam sobre a desvalorização da Arte, destacando a ênfase atribuída à “cultura da reprovação”. A Presidente deste Conselho ressalta que, apesar do crescimento do Índice de Desenvolvimento da Educação do

Rio de Janeiro (IDERIO), ainda se observam percentuais de reprovação. A palestrante solicita, se possível, que seja disponibilizado um quadro com os dias e horários disponíveis para o estágio de Artes na Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro, com a finalidade de os estagiários se organizarem. Solicita, também, um espaço para um *feedback* dos relatórios de estágio, considerando importante analisar os fatos mencionados nos relatórios. A Presidente deste Conselho encerra a sessão agradecendo a presença da Professora Liliane Mundim. E por não haver nada mais a declarar, eu, Maria da Conceição Madeira, matrícula 11/094.175-7, Secretária do CME/RJ, lavro a presente ata, que é assinada por mim e pelos presentes na folha de presença, em anexo.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 2016.

MARIA DA CONCEIÇÃO MADEIRA

11/094175-7

Secretária do CME/RJ



**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**
Secretaria Municipal de Educação
Conselho Municipal de Educação
Rua Mata Machado nº 15 - Maracanã
Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20271-260
Telefone: 3234-4159
smecme@rioeduca.net

ATA DA 820ª SESSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, o Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro (CME) realiza a 820ª sessão, constituindo-se em reunião de Câmaras Conjuntas, sendo presidida pela Presidente deste Conselho, Regina Helena Diniz Bomeny. Presentes os Conselheiros Mariza Lomba Pinguelli Rosa, Maria de Lourdes Albuquerque Tavares, Jurema Regina Araújo Rodrigues Holperin, Maria de Nazareth Machado de Barros Vasconcellos, Ana Maria Gomes Cezar, Mariza de Almeida Moreira, Dilson Ribeiro da Silveira, Ligia Maria Motta Lima Leão de Aquino, Luiz Otavio Neves Mattos, Márcia Cristina Martins Pereira, Joilson Nascimento Moço e Elaine Crystina Mendonça da Silva dos Santos Gatinho. A sessão tem início com a Secretária deste Conselho passando breves informes sobre a Medida Provisória nº 746/2016 (Reforma do Ensino Médio), enviada pela UNCME para ciência de todos e encaminhada por e-mail aos Conselheiros; o retorno do questionário enviado à Cáritas Arquidiocesana sobre refugiados, sendo a cópia do mesmo entregue à Presidente da Câmara de Educação Infantil e Ensino Fundamental, Conselheira Ana Cezar, para ser trabalhado na próxima sessão de Câmaras separadas; e esclarecimento sobre o não pagamento do Jeton, referente às sessões do mês de setembro, estando previsto o pagamento em folha suplementar ainda no decorrer deste mês. Continuando os trabalhos, a Presidente deste Conselho apresenta o Professor Aldo Victorio, Coordenador do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade do Rio de Janeiro (UERJ), que comparece a este Conselho para tratar da organização do curso de Licenciatura em Artes Visuais e sua aplicabilidade nas redes de ensino, em especial, na Rede Pública Municipal do Rio de Janeiro. Iniciando sua fala destaca que foi aluno da rede pública do primário até o doutorado, além de haver lecionado nas redes públicas municipal e estadual do Rio de Janeiro. Em 2005, começou a lecionar no Departamento de Artes Visuais da UERJ, adotando a linha de formação da Escola de Barcelona, com a ênfase na Educação Básica, considerando a Arte Plástica fundamental para o desenvolvimento intelectual. Ressalta que o mundo está muito acelerado e que a criança de hoje não tem paciência para seguir etapas. Neste contexto, as Artes se mostram indispensáveis para despertar esse corpo acelerado. Falando de formação, o Professor Aldo explica que no currículo há espaço para a Educação Especial e que o curso busca a integração entre teoria, prática e entrosamento com a realidade, através das atividades de estágio, enfatizando o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID). Ressalta que o citado Programa acaba por despertar nos licenciandos o interesse pela docência. Atualmente, coordena o Programa em duas escolas públicas municipais, cujo foco é a formação do corpo que pensa, se expressa e intervém no mundo em que está inserido. Fala que o trabalho desenvolvido pelo PIBID nas escolas coloca o licenciando em sintonia com a realidade, colaborando com a formação do profissional que se complementarão com o exercício da profissão, quando aprende a lidar com as adversidades oriundas do dia a dia. O Professor comenta que é visível a diferença de postura dos professores que ingressam na Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro, oriundos do PIBID, e daqueles que não participaram do Programa durante sua formação acadêmica. O

Conselheiro Luiz Otávio agradece a presença do Professor Aldo e aproveita a oportunidade para questionar qual a maior dificuldade que o professor dessa área apresenta ao iniciar sua vida profissional. O Conselheiro Dilson indaga sobre a continuidade do PIBID no atual governo. O Professor coloca que, no momento, existem as bolsas, esclarecendo que antes até o material utilizado em oficinas, por exemplo, poderia ser comprado com recursos do Programa. Não sabe dizer se este programa terá continuidade. Com relação à maior dificuldade encontrada no momento seria a “escuta”, vez que a internet produziu uma outra pedagogia. A presença de celulares e tablets na sala de aula alterou, em muito, a dinâmica das aulas. O Conselheiro Luiz Otávio faz um breve relato sobre o objetivo da escuta das licenciaturas e questiona como é organizado o currículo da licenciatura e como lidam com a preocupação do aluno aprender e avançar. Neste momento, o Professor Aldo coloca sua posição contrária à reprovação considerando-a uma humilhação para o aluno que recebe este parecer. Com relação ao currículo, coloca que a universidade forma o profissional para uma escola idealizada e que Artes Visuais é um acompanhamento processual que se baseia na cultura visual, na “pedagogia da imagem” e em conteúdo objetivo. Porém, o professor deve desenvolver competências para lidar com as imagens. Destaca que a percepção da evolução do aluno, nessa Pedagogia, não combina com a avaliação tradicional, sendo necessário, por exemplo, a criação de um portfólio para observar seu aprimoramento. Ressalta que na avaliação tradicional o aluno nem sempre consegue demonstrar o que realmente aprendeu. Fala que o objetivo é o uso das Artes Visuais pelo cidadão e não meramente para conhecer a História ou a utilização de determinado material ou técnica. O Professor Aldo continua explicando que é necessário um mínimo de conteúdo como fotografia, reprodução, história em quadrinhos, dentre outros, sendo possível, paulatinamente, levar o aluno a aprender. Concluindo, fala que o Instituto de Artes da UERJ conta com 3 Departamentos: História da Arte, Técnicas e Linguagens das Artes e o Departamento de Ensino, ao qual está vinculado. Explica que o curso tem duração de 4 anos e que o estágio começa no 3º período. Finalizando exibe um power point onde demonstra o trabalho desenvolvido nas escolas pelos licenciandos do PIBID. A Presidente deste Conselho agradece a presença do Professor Aldo Victorino e a Conselheira Ligia indaga sobre a possibilidade da Secretaria Municipal de Educação, reconhecendo a importância do modelo PIBID, elaborar um programa de estágio tendo como base esta concepção. Continuando a sessão, fica estabelecido que o Parecer nº 19/2016, que “aprova o parecer da Comissão Especial da Medalha Carioca”, será publicado no Diário Oficial de 06 de outubro. E por não haver nada mais a declarar, eu, Maria da Conceição Madeira, matrícula 11/094.175-7, Secretária do CME/RJ, lavro a presente ata, que é assinada por mim e pelos presentes na folha de presença, em anexo.

Rio de Janeiro, 04 de outubro de 2016.

MARIA DA CONCEIÇÃO MADEIRA

11/094175-7

Secretária do CME/RJ



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Conselho Municipal de Educação
Rua Mata Machado nº 15 - Maracanã
Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20271-260
Telefone: 3234-4159
smecme@rioeduca.net

ATA DA 825ª SESSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, o Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro (CME) realiza a 825ª sessão, constituindo-se em reunião de Câmaras Conjuntas, sendo presidida pela Vice-Presidente, Mariza Lomba Pinguelli Rosa, em razão da Presidente deste Conselho estar participando de workshop em Belém, no Pará, onde irá compor duas mesas de debate, tendo, ainda, a oportunidade de divulgar o trabalho desenvolvido na Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. Presentes os Conselheiros Maria de Lourdes Albuquerque Tavares, Jurema Regina Araújo Rodrigues Holperin, Maria de Nazareth Machado de Barros Vasconcellos, Ana Maria Gomes Cezar, Mariza de Almeida Moreira, Dilson Ribeiro da Silveira, Ligia Maria Motta Lima Leão de Aquino, Luiz Otavio Neves Mattos, Márcia Cristina Martins Pereira, Joilson Nascimento Moço e Elaine Crystina Mendonça da Silva dos Santos Gatinho. A sessão tem início com a apresentação de dois convites. O primeiro, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, para o “IV Encontro Estadual MP pela Paz nas Escolas – Educação sem distinção”, que se realizará no dia 28/11, das 8h às 16h45, no auditório do 9º andar de sua sede localizada na região central do Rio de Janeiro. O segundo, do Centro de Educação Ambiental, que convida os Conselheiros e o representante deste Conselho junto ao Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Municipal de Educação Ambiental para o “Workshop de Educação Ambiental para parceiros do Centro de Educação Ambiental”, no dia 02/12, às 8h, no Clube do Servidor Municipal. Prosseguindo, faz-se a ressalva que não haverá sessão na próxima terça-feira, em razão do feriado. A seguir, a Conselheira Mariza Lomba apresenta o Professor José Nunes, Coordenador do Curso de Música da UNIRIO, que ministrará uma palestra sobre Licenciatura em Música. José Nunes inicia sua fala fazendo sua apresentação, informando que é Professor Titular da UNIRIO e do Instituto de Música Villa Lobos. Formado em Psicologia e Música, fez seu doutorado em Educação. Trabalha na UNIRIO há 23 anos, havendo atuado no Colégio de Aplicação (CAP) da UFRJ, pelo período de 7 anos. Na UNIRIO ministra aulas em turmas de Bacharelado, embora esteja mais voltado para o Curso de Licenciatura. Além de trabalhar no Curso de Pedagogia a distância na UNIRIO, que integra o consórcio do “Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro” (CEDERJ). Inicia sua palestra fazendo uma comparação do ensino de Música nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, ficando evidente que há mais profissionais da área em São Paulo. Segundo o professor, tal fato decorre das dimensões geográficas do Estado de São Paulo, como também do quantitativo de faculdades que oferecem licenciatura nesta área, sinalizando que nesta última cidade há 26 cursos, sendo 3 a distância, e no Rio de Janeiro apenas 8 cursos, sendo 3 públicos e 5 privados, além de não oferecer curso de Música a distância. Explica que no Rio de Janeiro sempre existiu o componente curricular Música, tendo pautado sua tese de Doutorado na observação de escolas situadas em áreas que correspondem à 1ª e 2ª Coordenadorias Regionais de Educação. Esclarece, em sua fala, que reuniu sua experiência durante o curso de Doutorado em um livro, oferecendo 2 exemplares para o acervo desta Instituição.

Continuando, destaca a tradição do Rio de Janeiro no Ensino de Música, ressaltando o advento da Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008 que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica” tornou o ensino de música obrigatório em todo território nacional. Acrescenta, ainda, que, em 2016, foi aprovada a Lei 13.278 que “altera o § 6º do art. 26 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, referente ao ensino da arte”, reconhecendo as áreas de dança, música e teatro como integrante do componente curricular Arte, além das artes visuais. Apesar desse reconhecimento, percebe que as Artes Visuais ainda predominam. Falando mais especificamente sobre a Licenciatura, destaca que no Rio de Janeiro são apenas 8 instituições que oferecem cursos de Música, como já informado, acrescentando que a UNIRIO forma cerca de 50 profissionais por ano, sendo expressivo o índice de evasão. Nesse momento, o grupo constata que a quantidade de formandos é inferior à necessidade da Rede Pública Municipal do Rio de Janeiro. A esse respeito, conselheiros da bancada governamental relatam que não foi possível o preenchimento das vagas oferecidas em alguns concursos públicos realizados, em razão da falta de candidatos interessados. O professor José Nunes esclarece que as Diretrizes Nacionais situam o ensino de Música a partir do 6º ano, sendo que os docentes de música podem reger turmas dos anos iniciais, caso não haja falta desses profissionais nos anos finais. A Conselheira Mariza Moreira questiona qual o objetivo do ensino de música, tendo em vista haver presenciado crianças pequenas fazendo atividades com Clave de Sol e de Fá. Em resposta, o Professor José Nunes explica sobre o processo de musicalização. Destaca que a UNIRIO tem interesse em formar profissionais para os anos iniciais e que há carga horária destinada a esse segmento em seu currículo. Nesse momento, ocorre um breve debate sobre a possibilidade de outros profissionais, não necessariamente os licenciados em Música, introduzirem as crianças no processo da musicalização como os Professores II e os Professores de Educação Infantil, dentre outros. Acrescenta que os licenciandos acabam por ter um conhecimento maior de teoria do que da prática musical. Além de aprenderem métodos e técnicas durante a licenciatura e depois aplicá-los de forma distorcida. O Conselheiro Luiz Otávio indaga sobre a formação do professor para que possa dar conta de imprevistos no exercício da profissão. José Nunes relata que o estágio é fundamental, sendo necessário colocar o licenciando em contato com o ambiente escolar. O Conselheiro Luiz Otávio retoma a palavra e demonstra interesse pela forma como as técnicas são passadas. O professor José Nunes destaca que os cursos de licenciatura são regulamentados pelas Diretrizes da Licenciatura, produzidas em 2004 e revistas no final do ano passado. Com as alterações efetuadas, a carga horária do curso que, atualmente é de 2.800 h, passará para 3.200 h. Explica que a licenciatura está engessada e sobrecarregada com o bombardeio de exigências, principalmente de carga horária de extensão, estágio e de atividades complementares. A Conselheira Ligia questiona em que período do curso o estágio se inicia, e como é pensada a relação teoria e prática. O professor esclarece que no currículo atual o estágio começa no 4º período e no novo, a partir do 1º período. Esclarece, também, que a parte pedagógica é oferecida pela Faculdade ou Escola de Educação. O Conselheiro Luiz Otávio indaga sobre o perfil dos alunos da licenciatura em pauta e o Professor responde que houve uma mudança nesse perfil ao longo dos anos em que trabalha na UNIRIO. Explica que a clientela era predominantemente da classe média/alta e hoje são alunos que tem seu primeiro contato com a música em de Igrejas Evangélicas e Projetos Sociais. O Professor conclui a palestra falando que todas as licenciaturas têm acesso ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e faz um

breve histórico do ensino de música no Brasil através do Parecer CNE/CEB nº12/2013, que orienta as instituições de ensino a operacionalizar o ensino da Música. Sugere que os membros deste Conselho façam a leitura do citado Parecer de forma a aprofundar seus conhecimentos sobre a História do Ensino da Música no Brasil, o surgimento das Instituições que formam os profissionais da música, como também o surgimento dos Cursos de Bacharelado e de Licenciatura em Música, além de parte da legislação que os rege. A Conselheira Ligia disponibiliza o citado Parecer à Secretaria deste Colegiado, que o remeterá aos demais membros, por meio digital. Finalizando a palestra, a Conselheira Mariza Lomba agradece a presença do Professor José Nunes, tendo o mesmo destacado sua alegria pelo convite recebido e, em especial, com a preocupação deste Conselho com o Ensino da Música. E, por não haver nada mais a declarar, eu, Maria da Conceição Madeira, matrícula 11/094.175-7, Secretária do CME/RJ, lavro a presente ata, que é assinada por mim e pelos presentes na folha de presença, em anexo.

Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2016.

MARIA DA CONCEIÇÃO MADEIRA

11/094175-7

Secretária do CME/RJ